

AS BASES GEOPOLÍTICA E DIPLOMÁTICA DA DOUTRINA DE CONTENÇÃO DURANTE A GUERRA FRIA

Data de aceite: 01/12/2023

Jonathan Felix Ribeiro Lopes

<http://lattes.cnpq.br/7933718743789462>

Alessandra Lemos Nogueira

<http://lattes.cnpq.br/1527056535683156>

RESUMO: O presente texto consiste em uma análise da geopolítica norte-americana a partir de seu eixo central: a contenção. Desde a Doutrina Monroe, os Estados Unidos da América têm se dedicado a ampliar sua influência por meio de uma política externa que, ao mesmo tempo, busca ampliar seu poder sobre as diferentes partes do planeta e, por outro lado, se esforça em conter qualquer potência que possa ameaçar suas áreas de influência. Assim, no século XIX buscou assegurar os territórios adquiridos após a independência e conter os esforços europeus na manutenção e restabelecimento de colônias no continente americano. Consolidadas as independências, no século XX o Corolário Roosevelt buscou assegurar a influência norte-americana no seu círculo próximo, notadamente na América Central e Caribe, por meio do estabelecimento de um poder naval. A ampliação do seu escopo geográfico tomaria forma durante o período

das duas grandes guerras, contando com a contribuição de importantes intelectuais e práticos da diplomacia. Com foco nos pensamentos de Nicholas J. Spykman e George F. Kennan, analisamos as conexões entre o pensamento geopolítico norte-americano e os rumos da política externa e da diplomacia desse país no período imediato ao final da 2ª Guerra Mundial.

PALAVRAS-CHAVE: Geopolítica; Doutrina Truman; Doutrina de Contenção; Diplomacia; Guerra Fria

ABSTRACT: This text consists of an analysis of North American geopolitics from its central axis: containment. Since the Monroe Doctrine, the United States of America has dedicated itself to expanding its influence through a foreign policy that, at the same time, seeks to expand its power over different parts of the planet and, on the other hand, strives to contain any power that could threaten its areas of influence. Thus, in the 19th century, it sought to secure the territories acquired after independence and contain European efforts to maintain and reestablish colonies on the American continent. Once independence was consolidated, in the 20th century the Roosevelt Corollary sought to ensure North

American influence in its close circle, notably in Central America and the Caribbean, through the establishment of naval power. The expansion of its geographical scope would take shape during the period of the two world wars, with the contribution of important intellectuals and practitioners of diplomacy. Focusing on the thoughts of Nicholas J. Spykman and George F. Kennan, we analyze the connections between North American geopolitical thought and the direction of that country's foreign policy and diplomacy in the period immediately following the end of the Second World War.

KEYWORDS: Geopolitics; Truman Doctrine; Containment Doctrine; Diplomacy; Cold War

INTRODUÇÃO

A grandes guerras da primeira metade do século XX revelaram-se muito lucrativas para a ascendente economia norte-americana. Com conflitos distantes de seu território e a participação direta tardia nas batalhas, os EUA tornou-se o principal fornecedor de suprimentos e armamentos para a Tríplice Entente e, posteriormente, para os Aliados. Com o fim das guerras, os Estados Unidos concederam empréstimos e tornaram-se os principais fornecedores de alimentos e produtos industrializados para os países europeus (PRADO, 2011). Ao fim da 2ª Guerra Mundial, os EUA já despontavam como superpotência, reorganizando nos anos seguinte a economia e a geopolítica mundiais.

Considerando esse contexto, este texto buscou compreender a estratégia geopolítica norte-americana após a 2ª Guerra Mundial, momento conhecido como Guerra Fria. O termo foi cunhado pela primeira vez pelo escritor inglês George Orwell (1903-1950), no artigo *“You and the atomic Bomb”*, para se referir ao que ele anteviu que seria um grande impasse nuclear entre “dois ou três superestados monstruosos, cada um possuindo uma arma pela qual milhões de pessoas podem ser exterminadas em poucos segundos” (ORWELL, 1945, p.3).

Sendo um desses Estados, os Estados Unidos da América, este texto tem como objetivo final identificar as bases teóricas da geopolítica norte-americana durante a Guerra Fria. Para isso, foram desenvolvidos três objetivos específicos que dividem este trabalho, sendo eles: a) analisar as obras de Alfred Mahan, Derwent Whittlesey e Richard Hartshorne; b) contextualizar a geopolítica e as relações internacionais no período da Guerra Fria, e por fim, c) analisar a construção da estratégia de contenção à luz das contribuições de Nicholas Spykman e George Kennan.

APROXIMAÇÕES ENTRE A GEOPOLÍTICA E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A palavra “geopolítica” foi utilizada pela primeira vez pelo cientista político Rudolf Kjellén (1864-1922), em seu artigo, de 1899, *Studier över Sveriges politiska gränser* (CLAVAL, 1994). Em 1905, na obra *“As grandes potências”*, Kjellén conceitua a Geopolítica como “Estudo do Estado como agente apropriador e controlador do espaço geográfico” (BRAGA, 2011, p.146).

Importante notar que a produção de Kjellen tem inspiração na obra *Politische Geographie* (1897), de Ratzel, para o qual a Geografia Política é considerada como a geografia dos Estados, da guerra e do comércio. Essa obra associa o crescimento do Estado ao expansionismo territorial e cultural com base no comércio (BRAGA, 2011, p.147).

Em aproximação as Relações Internacionais, a geopolítica está ligada as relações políticas e territoriais que envolvem os Estados nacionais em nível internacional. Assim, os dois campos do saber compartilham o interesse pelo entendimento da Política Internacional, definida em termos da teoria realista das Relações Internacionais como um conjunto de ações e práticas para manutenção do equilíbrio de poder, no qual os Estados geralmente buscam o controle de seus territórios (MORGENTHAU, 2003)

Para Hans Morgenthau (2003), o equilíbrio de poder destinava-se à preservação do *status quo*, ou seja, manter a estabilidade do cenário atual. O equilíbrio de poder pode ser definido como “A aspiração de poder por parte de várias nações, em que cada uma tenta manter ou alterar o ‘*status quo*’, leva necessariamente a uma configuração que é chamada de equilíbrio de poder, bem como às políticas que se destinam a preservar esse equilíbrio” (MORGENTHAU, 2003, p.88).

Anterior ao campo das Relações Internacionais, a geopolítica faz parte do universo militar e civil norte-americano desde o século XIX, sobretudo com as contribuições de Alfred Mahan no desenvolvimento da teoria do poder naval. As razões para o desenvolvimento de uma teoria geopolítica podem ser explicadas considerando a enorme expansão territorial deste país, que ao fim do processo de formação estaria conectado por via terrestre a dois oceanos, o Atlântico e o Pacífico, numa extensa massa territorial.

Além do expansivo processo de formação territorial, a política externa norte-americana teve grande preocupação em projetar sua influência sobre outros países e conter a influência de terceiros sobre suas áreas de projeção. Assim, por exemplo, já no século XIX, desenvolveu-se a Doutrina Monroe, assim intitulada em referência ao presidente James Monroe, mandatário na primeira década do século XIX. Em linhas gerais, a Doutrina teve como objetivos: o foco na defesa dos princípios americanos, a expansão territorial dos Estados Unidos; impedir a interferência dos países europeus em assuntos internos do continente americano, e por fim, os norte-americanos se comprometiam com a independência das colônias que existiam na América, reconhecendo os novos Estados independentes (COSTA, 1992). Na prática significava garantir a influência dos Estados Unidos no seu entorno do Atlântico e Pacífico, bem como na América Central.

A Doutrina Monroe tornou-se a principal referência da política externa norte-americana ao longo do século XIX, sobretudo nas ações de contenção ao poder europeu no continente americano diante dos diferentes processos de independência que marcaram o período. Em mensagem ao congresso norte-americano em 1823, James Monroe declara de modo explícito tal intensão ao dizer que “devemos considerar qualquer tentativa da parte deles [europeus] de estender seu sistema para qualquer parte desse hemisfério como

um perigo para a nossa paz e segurança.” (TEIXEIRA, 2014, p. 115)

Apesar de diferentes interpretações ao longo do século XIX, a Doutrina Monroe seria complementada pelo Corolário Roosevelt, assim intitulada em referência ao presidente Theodore Roosevelt. Com seu território consolidado e sucessivas vitórias sobre a Espanha, contribuindo para independência de diversos países, a continuidade da influência americana no continente necessitava de novos contornos.

O Corolário Roosevelt veio a público na Mensagem Anual do Presidente ao Congresso dos Estados Unidos em 1904. A declaração abre duas formas de atuação da política externa norte-americana, agora dirigida aos países do continente americano e não mais as potências europeias.

De um lado, para o seu entorno imediato, isto é, a América Central, previa-se a imposição, pela força, da Doutrina Monroe. Os EUA reservavam-se o direito de intervir militarmente sobre países que acumulassem dívidas externas. Daí que o Corolário Roosevelt ficou conhecido como política do *Big Stick*. Importante mencionar que a fala segue a crise da Venezuela, entre 1902 e 1903, quando foi estabelecido o bloqueio naval à Venezuela, uma vez que o presidente venezuelano Cipriano Castro se recusou a pagar as dívidas externas com países europeus. .

Por outro lado, países americanos considerados como “grandes e prósperas comunidades civilizadas” (ROOSEVELT, 1913, p. 503 *apud* TEIXEIRA, 2014, p. 125) não necessitariam de tutela norte-americana, mas os Estados Unidos da América proveriam assistência se assim esses países necessitassem. Diferente da política externa voltada para a América Central e Caribe, os países da América do Sul eram vistos como aliados potências na manutenção da Doutrina Roosevelt e, portanto, deveriam ser vistos como nações amigas: “A amizade deles é uma amizade de iguais para iguais”, afirmou Roosevelt (1913, p. 503 *apud* TEIXEIRA, 2014, p. 125).

Essa modificação geoestratégica provavelmente teve influência do desenvolvimento do pensamento geopolítico norte-americano, sobretudo de Alfred Thayer Mahan. Oficial da marinha dos Estados Unidos, onde iniciou seus estudos sobre geografia militar, fez importantes reflexões sobre o papel do mar no domínio mundial. Nesse âmbito, merecem destaque *A influência do poder marítimo na história 1660-1783*, obra publicada em 1890; em seguida escreveu sobre *O interesse marítimo dos Estados Unidos da América no poder marítimo*, obra de 1897. O conhecimento sobre as capacidades militares, sobretudo naval, existentes e potenciais dos Estados Unidos passaram a orientar a política externa norte-americana, daí limitar a atuação direta sobre países da América Central e Caribe.

Ao relacionar aspectos geoestratégicos a natureza anárquica da política internacional, Mahan enfatizou a importância da geografia para manutenção ou alteração do equilíbrio de poder entre os Estados. Mahan compreendia que os Estados Unidos eram, tal como a Grã-Bretanha, em termos geopolíticos “uma ilha à margem da Eurásia”, onde a segurança poderia ser ameaçada por grandes potências mundiais ou se tornar um aliado estratégico,

pois era um centro de poder (Departamento de Estado dos Estados Unidos, 2016)

Em *The Interest of America in International Conditions*, de 1910, o autor já havia especulado sobre as possibilidades de uma grande guerra, reconhecendo que a posição da Alemanha no centro da Europa, seu poder militar e industrial incontestável, e sua busca por supremacia naval seriam uma ameaça à Grã-Bretanha e, por fim, aos Estados Unidos. Mahan alertava a respeito da ciência e tecnologia ocidentais, e como elas seriam globalizadas em algum momento, tal como aconteceu na Guerra Fria.

Alguns anos depois, sob um olhar civil a geopolítica norte-americana contou com as contribuições de Derwent S. Whittlesey, um dos principais geógrafos dos EUA. Era reconhecido como um pesquisador-viajante e historiador, que atuou como consultor para os Departamentos de Estado, Guerra e Marinha dos EUA durante a Segunda Guerra Mundial, e foi autor de muitos livros e artigos sobre aspectos geográficos da guerra e potência. Ele também era um especialista em África, e havia feito várias viagens para lá coletando material (ASHWORTH, 2021, p. 01).

Ainda que não tenha desenvolvido seus estudos no campo das Relações Internacionais, Whittlesey esteve envolvido com muitos estudiosos do Realismo Clássico em Yale e via a Geografia Política como um campo de estudo essencial para as Relações Internacionais, contribuindo para uma visão pragmática e empírica, necessária para uma abordagem global (ASHWORTH, 2021).

O pensamento de Whittlesey teve muita influência de sua mentora Ellen Churchill Semple, a qual estudou a abordagem da geografia humana com Ratzel. Durante sua carreira acadêmica, Semple analisou a importância de fatores ambientais na política e como esses aspectos moldavam o desenvolvimento das sociedades humanas. É muito interessante analisar a interpretação de Semple sobre a obra de Ratzel, pois não se trata de uma simples transposição de método, ela de fato a reinterpretou para se adequar a um público americano. Dessa forma, Semple não foi uma mera “discípula” de Ratzel, mas reformulou os conceitos ratzelianos para se adequar a um conjunto diferente de prioridades de pesquisa mais adequado à emergente grande potência americana (ASHWORTH, 2021, p. 3).

Derwent Whittlesey foi um estudioso do mundo empírico, tendo feito diversas viagens de campo. Ele começou seus estudos em geografia histórica justamente por influência de Semple. Conforme o próprio Whittlesey “[Semple] abriu meus olhos para as possibilidades da geografia e nunca deixou de me encorajar a escrever sobre geografia política” (WHITTLESEY, 1945). Todavia, distanciando-se do determinismo geográfico, defendeu uma relação mais intrínseca entre a Terra e a sociedade humana. Por essa razão, Whittlesey sentiu que seu livro de 1939 “*The Earth and the State*” o havia distanciado das “influências geográficas” de Semple fazendo com que ele não dedicasse o livro a sua mentora (ASHWORTH, 2021).

Whittlesey mais tarde admitiu que o colega e geógrafo Richard Hartshorne estava

provavelmente certo: “*que o livro está carimbado com Semple*”, e que ele poderia muito bem tê-lo dedicado a ela (WHITTLESEY, 1945). Richard Hartshorne, também estava envolvido na política norte-americana. Além de ser o autor de obras como *The Nature of Geography* (1939) e *Perspective on the Nature of Geography* (1959). Hartshorne foi quem inaugurou a segunda fase do desenvolvimento da geopolítica, ao abordar a temática das fronteiras (COSTA, 1992).

Ao discutir o problema das fronteiras em uma região europeia tão complexa como a Alta Silésia, por exemplo, Hartshorne (1933) chama a atenção para o fato de que, apesar de muitos geógrafos discutirem academicamente o tema das fronteiras, “poucos têm tentado apresentar um estudo teórico sistemático do problema como um todo”. Isso possibilitou a multiplicação de equívocos, como o uso corrente do conceito de “fronteiras naturais”. Fronteiras internacionais fixadas ou em discussão em regiões bastante povoadas, às vezes com etnias e histórias distintas, como é o caso da Alta Silésia, segundo o autor, devem ser concebidas mediante a análise acurada das características peculiares dessas populações fronteiriças (ARCASSA, 2014, p. 275).

Richard Hartshorne, foi uma figura-chave no desenvolvimento da ciência geográfica, pois elaborou uma influente agenda de pesquisa para o estudo do Estado sob uma visão da Geografia Política, que foi colocada à frente em termos funcionalistas. Para Hartshorne (1933), a Geografia Política é parte integrante da Geografia, com foco na Terra, em contraste à Ciência Política, centrada nas instituições do governo. A Geografia Política tem muitas ramificações, assim como a Ciência Política, mas com foco de interesse diferente. Realiza estudos geográficos a respeito da variação das características das áreas da Terra resultante de combinações e interligações de fenômenos de vários tipos, independentemente da origem natural ou humana desses recursos, que variam, em parte, de forma independente, na covariância com outros.

As contribuições de Mahan, Whittlessey e Hartshorne foram fundamentais para consolidar as bases do pensamento geopolítico e da geografia política como centrais a política externa norte-americana e serviram de pilar para construção dos Estados Unidos como potência após a 2ª Guerra Mundial. Na esteira desses pensadores, Spykman e, expressamente, Kennan irão contribuir para a edificação da geoestratégia de contenção.

SPYKMAN E KENNAN: A CONSTRUÇÃO DA DOCTRINA DE CONTENÇÃO DURANTE A GUERRA FRIA

A geografia política e a geopolítica norte-americana também iriam se inspirar nas ideias de Halford Mackinder. O geógrafo britânico, define um espaço chamado de “*área pivô*” que mais tarde seria redefinida como “*heartland*”, essa área permitiria ao país que o controlasse, o desenvolvimento das forças terrestres. Sua tese pode ser exemplificada na frase: “Quem domina a Europa Oriental controla o *Heartland*; quem domina o *Heartland* controla a *World Island*; quem domina a *World Island* controla o mundo” (MACKINDER,

1919 *apud* MELLO, 1999, p. 56).

Essa concepção será central durante a Guerra Fria. E terá influência sobre a produção de Nicholas J. Spykman, o qual considerava a geografia política como o estudo de estratégias e da antecipação para a inter-relação entre o espaço e o poder (BRAGA, 2011, p.150). Reinterpretando as idéias de Mackinder, Spykman (1942) defendia que o Estado o qual possuía o poder mundial não seria aquele que dominava a *heartland* e sim aquele que o cercava. Essa concepção será a pedra fundamental para o Doutrina de Contenção:

Tal cerco tipifica a política externa estadunidense a partir da Guerra Fria e é conhecido como Teoria da Contenção. Para Spykman, o heartland deve ser bloqueado em suas fímbrias, de modo a impedir a expansão do poder terrestre. Neste contexto, a Guerra Fria pode ser entendida como zona de atrito entre a teoria de Spykman e a de Mackinder (BRAGA, 2011, p.158).

Os principais atores da ordem internacional, durante a Guerra Fria, foram os Estados Unidos e a União Soviética. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), teve o início das suas atividades em dezembro de 1922, tendo perdurado até 1991, foi uma das organizações de países mais poderosas do mundo, chegando a segunda maior potência militar (LIMA, 2019).

Em 1941, com a redução do poderio naval da Grã-Bretanha durante os primeiros anos da 2ª Guerra Mundial e a crise econômica que se instalava no país, os Estados Unidos assumiram a responsabilidade internacional de financiar a recuperação europeia no pós-Segunda Guerra Mundial. Ao fim do conflito, esse papel foi ressaltado, promovendo uma expressiva expansão política, econômica e ideológica norte-americana como forma de contenção à União Soviética.

Na conferência de Teerã em 1943, o Reino Unido e a URSS discutiam os caminhos do pós-guerra e os destinos da Alemanha, enquanto os Estados Unidos defendiam a criação de uma organização mundial com comitê executivo, uma assembleia geral e um diretório executivo que orientaria a política mundial, além de haver um debate sobre a divisão do território europeu. Na conferência de Yalta, dois anos após Teerã, foi reconhecida a divisão entre os aliados ocidentais e a União Soviética.

E na conferência de Potsdam, no mesmo ano de Yalta, com a nova ordem mundial, as relações entre os três Estados foi de completa tensão, uma vez que havia um desequilíbrio atômico e militar entre as duas superpotências e divergências, tais como: às fronteiras ocidentais da Polônia, já que a URSS temia um novo isolamento territorial; às sanções e reparações da Alemanha, uma vez que os Estados Unidos e o Reino Unido achavam o valor compensatório solicitado pela União Soviética a Alemanha era muito alto para um Estado derrotado na Guerra, o que causava desconfiança, uma vez Stalin já tinha acertado o valor com o presidente anterior dos EUA; e a crise Italiana.

Ao fim das conferências, já estavam claras as divergências ideológicas entre os

Estados capitalistas e socialistas. Os Estados Unidos começam então uma política anticomunista, com a interrupção de um programa de empréstimos para a União Soviética.

A Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, consagrou a divisão que se desenhava anteriormente entre os aliados ocidentais e a União Soviética. [...] O tempo dá em relações internacionais já era outro: a política das áreas de influência na Europa se tornaria um modelo a ser aplicado a própria política mundial (SARAIVA, 2007, p.192).

A busca da hegemonia mundial por parte dos Estados Unidos era evidente, de modo que os interesses da indústria e do comércio norte-americanos impulsionaram a expansão de atuação norte-americana para outras áreas. Além disso, doutrinas políticas visavam conter os avanços soviéticos em áreas de influência norte-americana. A primeira formulação política norte-americana depois da Segunda Guerra mundial foi a doutrina Truman (1947-1991), criada com o intuito de proteger os interesses dos Estados Unidos e conter o avanço Soviético.

No âmbito econômico dessa doutrina está o Plano Marshall, isto é, a ajuda financeira dos Estados Unidos para a reconstrução da Europa depois da Segunda Guerra Mundial a partir da concessão de empréstimos a juros baixos, garantindo o apoio dos países ocidentais. Abriam-se assim os mercados europeus para compra de produtos norte-americanos e evitava-se a ampliação da influência soviética na Europa Ocidental. Com esse plano, os Estados Unidos administravam a cooperação econômica e distribuíam recursos para Europa como alimentos, máquinas para indústria, tecnológica, combustíveis, veículos e outros.

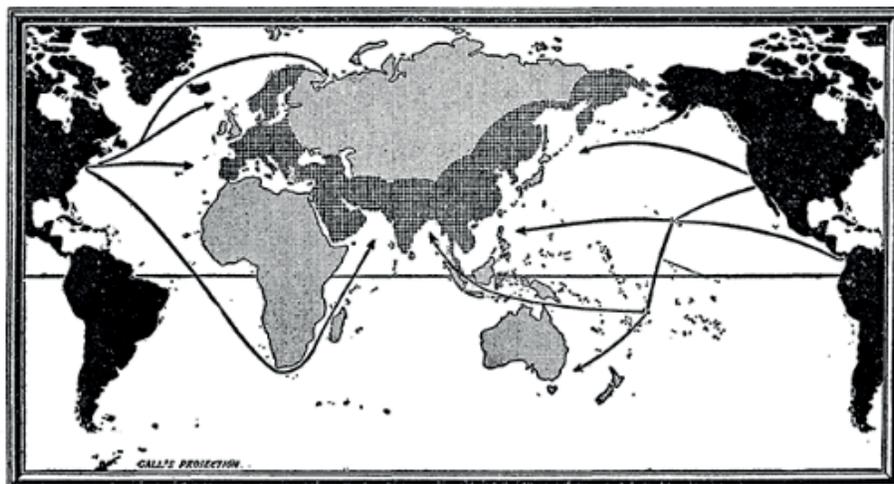
O novo conceito de superpotência corresponde, assim, à conjugação da capacidade econômica de exercer um forte multilateralismo econômico com a vontade de construção de uma grande área sob a influência dos valores [...]. As forças mais profundas que alimentaram a Guerra Fria, do lado dos Estados Unidos, foram constituídas no ambiente econômico. A política industrial e financeira do gigante associava-se à luta do anticomunismo, ingrediente fundamental da preleção doméstica da Guerra Fria nos Estados Unidos (SARAIVA, 2007, 199-200).

Por outro lado, a URSS tratava de consolidar sua influência sobre os Estados a leste da Alemanha até a Rússia. O crescimento da área de atuação da União Soviética na Europa fez com que os Estados Unidos ficassem temerosos com o possível domínio da região central, uma vez que o leste europeu já estava sob controle soviético. Por isso, em 1949, ocorreu a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte, uma aliança militar. Em linhas gerais, esse tratado estabelecia as ações de seus membros no caso de um ataque armado contra um ou vários países membros, na Europa ou na América do Norte, considerado qualquer ataque a um ataque contra todos.

É nesse contexto que Nicholas J. Spykman desenvolve sua tese da Rimland, base fundamental para Doutrina de Contenção norte-americana. Sua obra *America's Strategy in the World Politics: The United States and the Balance os Power* (2007), publicada

originalmente em 1942, estabelece uma longa discussão sobre o papel dos Estados Unidos da América no equilíbrio de poder mundial.

Spykman (2007) examina a geografia da 2ª Guerra Mundial sob um olhar diferente. Tomando por base a tese da *Heartland* e do poder terrestre de Halford John Mackinder, bem como do poder marítimo de Mahan, Spykman considerando a guerra como um desdobramento da política internacional do “velho mundo”. Dessa forma, centraliza as massas continentais da Eurasia, da África e da Oceania, dividindo-a em três zonas concêntricas com distintas funções na política mundial:



THE ENCIRCLEMENT OF THE OLD WORLD

Figura 1 – The Encirclement of the old world

Fonte: SPYKMAN, 2007, p. 180

A primeira zona corresponde a *Heartland* da Eurásia, a segunda o círculo tampão - *encircling buffer zone* – e os mares marginais, e a terceira, a zona dos continentes periféricos da África e da Oceania (SPYKMAN, 2007). Essa visão revela que as conexões do “velho mundo” com o “novo mundo” perpassam o *encircling buffer zone*. Dessa percepção, dois anos depois da publicação de *America's Strategy in the World Politics*, em *The Geography of the Peace*, Spykman () amplia essa percepção e desenvolve a tese da *Rimland*, que servirá de base para o desenvolvimento da doutrina de segurança dos Estados Unidos pós-Segunda Guerra.

Para Spykman, a geopolítica é o planejamento da política externa de segurança de um determinado país de acordo com seus fatores geográficos. Ele descreve o *Rimland* como o “crescente interior” estabelecido por Mackinder. Considerando os fatores topográficos dessa área e sua posição acerca do *Heartland*, Spykman () define essa massa terrestre por sua função de zona tampão entre o poder marítimo e o poder terrestre. Dessa maneira,

os problemas de segurança dessa área repousam no fato de podem ser atacadas pelo mar e pela terra, daí seu caráter anfíbio.

Diante disso, ao observar os desdobramentos dos eventos da 2ª Guerra Mundial, com o domínio soviético sobre o extenso leste europeu desde a Alemanha até a Sibéria, a importância geopolítica da Rimland torna-se mais relevante para os Estados Unidos e a política internacional do que os possíveis atritos na Heartland. Sobre isso, Spykman () afirma:

The Mackinder dictum “Who controls eastern Europe rules the Heartland; who controls the Heartland rules the World Island” is false. If there is to be a slogan for the power politics of the Old World, it must be “Who controls the rimland rules Eurasia; who rules Eurasia controls the destinies of the world”.

Sabendo que os Estados Soviéticos consistem em um poderio terrestre na Eurasia, os caminhos para o poder mundial se deslocavam da Europa central para as áreas do litoral europeu e asiático, bem como de seus mares e saídas oceânicas. As disputas entre as grandes potências vencedoras, portanto, ocorreria em torno dos grandes oceanos, e dos mares que permitissem alcançá-los.

Essa concepção geopolítica encontrou sua correlação na política externa norte-americana por meio de George F. Kennan. Tendo servido como diplomata norte-americano em Moscou, Kennan “foi determinante nos estudos comportamentais e culturais soviéticos após a Segunda Guerra Mundial, passando a ser vice-chefe da missão diplomática norte-americana no antigo país soviético” (PENNACCHI, 2011, p. 35).

Durante a missão em Moscou, Kennan analisou diversos discursos de políticos soviéticos, comunicando suas conclusões ao Secretário de Defesa dos Estados. Considerando o desfecho da 2ª Guerra Mundial, com as perdas humanas, infraestruturais e financeiras, bem como a reorganização política do Partido Comunista após a Guerra, Kennan (1947) considerou a União Soviética demasiadamente despreparada para se arriscar em um novo conflito armado contra o Ocidente como forma de ampliar sua influência. Contudo, acreditava que Moscou poderia se expandir por meio da subversão de Estados por partidos comunistas locais, criando assim um ambiente hostil para o capitalismo (PENNACCHI, 2011).

Tal percepção se consolida em sua análise do discurso eleitoral de Joseph Stalin em 1946, quando declarou que apesar dos soviéticos e seus aliados ocidentais terem lutado juntos por uma causa comum – eliminar o nazismo – as hostilidades do sistema internacional capitalista frente aos países soviéticos criaram uma incompatibilidade entre nações comunistas e capitalistas, o que eventualmente poderiam levar a uma nova guerra. O discurso foi considerado como o primeiro sinal de ruptura no clima de boa vontade dos soviéticos em relação aos norte-americanos, reascendendo a noção de um conflito estrutural entre o capitalismo e o comunismo como sistemas políticos antagônicos. Dessa forma, Kennan (1947) afirma não haver qualquer possibilidade de uma relação política

íntima com a URSS, devendo os EUA continuar a considera-los como rivais: It must continue to expect that Soviet policies will reflect no abstract love of peace and stability, no real faith in the possibility of a permanent happy coexistence of the Socialist and capitalist worlds” (KENNAN, 1947).

Apesar disso, reconhece que o caráter ideológico do movimento comunista e sua plasticidade diplomática perante situações concretas tornava muito mais complexo o trato diplomático com a URSS. Dessa forma, Kennan descarta as possibilidades de sucesso de uma investida militar como estratégia de ação. Ao invés disso, sugere uma política externa voltada para a contenção em longo prazo: “In these circumstances it is clear that the main element of any United States policy toward the Soviet Union must be that of a long-term, patient but firm and vigilant containment of Russian expansive tendencies” (KENNAN, 1947).

Na prática, essa contenção significaria a vigilância direta do governo norte-americano sobre os Estados socialistas, contra-atacando pontualmente cada uma de suas manobras políticas e geográficas até que, por uma série de circunstâncias internas – seja pela crueldade da ditadura, seja como fruto da desilusão popular com o ideal socialista – o comunismo entrasse em colapso e se autodestruísse (PENNACCHI, 2011).

Kennan também tinha dúvidas sobre as atitudes diplomáticas que deveriam ser abordadas para apressar a queda do governo soviético, mas acreditava que se fossem estrategicamente aplicadas, essas medidas poderiam intensificar ainda mais o declínio do poder comunista sobre os Estados. Então, a ideia era forçar o Kremlin a agir sob circunstâncias mais arriscadas, deixando-o sem saída diplomática nas relações internacionais. Conforme Pennacchi (2011, p. 40):

O estágio final das ideias era criar aparatos administrativos e coercitivos do Estado para assegurar o consentimento passivo das classes populares e de seus representantes às práticas internacionalistas e militaristas que pretendiam colocar em funcionamento suas ideias. Com a criação do Plano Marshall, o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), a CIA (Central Intelligence Agency), e a NATO (North Atlantic Treaty Organization).

O ex-diplomata deixou claro que o principal elemento da política externa dos Estados Unidos em relação à União Soviética deveria ser a contenção de longo prazo, com firmeza e vigilância das tendências expansionistas soviéticas, tendo inspirado as ações da chamada Doutrina Truman. Contudo, conforme escreve Penacchi (2011), Kennan criticou a utilização de suas ideias pelo governo dos Estados Unidos em outros conflitos. E se tornou defensor do desarmamento, acreditando que a corrida armamentista entre os soviéticos e os norte-americanos representava uma ameaça maior ainda para ambos os países.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias geopolíticas norte-americanas no pós 2ª Guerra Mundial configuram

na continuidade e no aprimoramento de sua política externa desde a Doutrina Monroe. Consistem em um processo de expansão constante da influência estadunidense pelo mundo e pela contenção de potências contrárias. Inicialmente potências europeias no continente americano e, posteriormente, em nível global.

Anunciada no discurso de Harry Truman ao Congresso no dia 12 de março de 1947, a Doutrina Truman estabelecia as premissas da Guerra Fria e disputa por influência global em um mundo que se desdobraria bipolar. A disputa, todavia, não se daria aos moldes do imperialismo europeu, com embates diretos entre as potências. O novo equilíbrio de poder exigiria intervenções pontuais em áreas estratégicas. No discurso, Truman refere-se especificamente à Grécia e a Turquia. Era preciso, portanto, uma estratégia diplomática e geopolítica que permitisse priorizar áreas e formas de atuação.

A essa estratégia tem grande peso a contribuição de intelectuais militares, geógrafos e diplomatas, os quais foram capazes de combinar aspectos teóricos e práticos das Relações Internacionais, da geoestratégia, da geopolítica e da geografia política acadêmicas as ações do Estado. Nesse sentido, a trajetória geopolítica norte-americana, notadamente durante a Guerra Fria, evidencia uma relação intrínseca entre o universo acadêmico, diplomático e político, tendo as contribuições de Spykman e Kennan um papel fundamental na condução da política externa estadunidense.

REFERÊNCIAS

ARCASSA, Wesley de Souza. **A Geografia Política em Richard Hartshorne**. Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 267-280. Acesso em: 1 de maio de 2022

ASHWORTH, Lucian M. **A Forgotten Environmental International Relations: Derwent Whittlesey's International Thought**, *Global Studies Quarterly*, Volume 1, Issue 2, June 2021, ksab006. Acesso em: 1 de maio de 2022

BRAGA, Sandra Rodrigues. **Sensos, Consensos e Dissensos: Itinerários Geopolíticos de Ratzel a Lacoste**. Revista de Geopolítica, Ponta Grossa - PR, v. 2, nº 1, p. 146 – 163, jan./jun. 2011. Acesso em: 1 de maio de 2022

CLAVAL, Paul. **Géopolitique et géostratégie: la pensée politique, l'espace et le territoire au XXe siècle**. Paris: Nathan, 1994.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

Departamento de Estado dos Estados Unidos, **A Influência do Poder Marítimo de Mahan na História: Protegendo os Mercados Internacionais na década de 1890**. Sessão de Marcos na História das Relações Exteriores dos EUA. Publicado em 2016. Acesso em: 1 de maio de 2022.

HARTSHORNE, Richard. **Geographic and Political Boundaries in Upper Silesia**. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 23, n. 4, 1933. p. 195-228. Acesso em: 1 de maio de 2022.

KENNAN, George F. "The Sources of Soviet Conduct." **Foreign Affairs**, 1 junho 1947, <https://www.foreignaffairs.com/russian-federation/george-kennan-sources-soviet-conduct>. Accessed 8 September 2023.

MELLO, Leonel Itaussu. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Edusp; Hucitec, 1999. (Col. Geografia: teoria e realidade, 45). Acesso em: 13 de junho de 2022

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as Nações: a luta pelo poder e a paz.** Tradução de Oswaldo Biato. Editora Universidade de Brasília: São Paulo, 2003. Acesso em: 1 de maio de 2022

LIMA, Renan. **Você conhece a história da União Soviética?** Politize! 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/uniao-sovietica/>. Acesso em: 1 de maio de 2022

ORWELL. George. **You And The Atomic Bomb.** Publicado em 19 de outubro de 1945. Disponível em: <https://archive.org/details/YouAndTheAtomicBomb-English-GeorgeOrwell/page/n11?mode/1up?view=theater>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. **A Grande Depressão e a Grande Recessão: Uma comparação das crises de 1929 e 2008 nos EUA.** Revista Econômica, Niterói, v 13, n 2, dezembro 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/34830/20086>. Acesso: 13 de junho de 2022

PENNACCHI, Andrea Marcia de Toledo. **A guerra fria e a política contencionista de george kennan no estudo comparativo de uma elite do poder (1945-1950).** 2011. 161 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103137/000648938.pdf?sequence=1&isAllowed=y.%20Acesso%20em:%201%20de%20maio%20de%202022>. Acesso em: 08 set. 2023.

SARAIVA, José Flávio Santos (organizador). **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX a era da globalização.** São Paulo: Saraiva, 2007. Acesso em: 1 de maio de 2022

SPYKMAN, Nicholas J. **America's strategy in world politics: the United States and the balance of power.** New York: Taylor & Francis, 2007.

SPYKMAN, Nicholas J. Heartland and Rimland. In: KASPERSON, Roger E.; MINGHI, Julian V. **The structure of Political Geography.** New Brunswick: Aldinetransaction, 2011. p. 170-178.

TEIXEIRA, C. G. P.. Uma política para o continente - reinterpretando a Doutrina Monroe. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 2, p. 115–132, jul. 2014.

WHITTLESEY, D. **The Earth and the state: a study of political geography.** Vol. 234. Arno Press. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1191/0309132502ph396xx?journalCode=phgb>. Acesso em: 1 de maio de 2022